



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

970/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Secretário Municipal de Política Urbana de Belo Horizonte, Sr. **João Antônio Fleury Teixeira**, pedido de informação referente à existência de projeto de obra com o escopo de ampliar a Rua dos Independentes, próximo ao número 229 – bairro Santa Cecília, Vale do Jatobá (Barreiro) para receber linhas de ônibus na via.

Segue o questionamento:

1. Os moradores da Rua dos Independentes, do bairro Santa Cecília, no Vale do Jatobá, alegam terem recebido informação sobre um possível projeto de obra para ampliar a rua com o objetivo de receber itinerário de linhas de ônibus. Existe algum projeto de obra de infraestrutura no local?
2. A possível obra ocasionaria a desapropriação de algumas das moradias da Rua dos Independentes? Se sim, haveria a previsão de quantas moradias seriam desapropriadas?
3. Qual seria a previsão para o início de tal obra e da consequente desapropriação dos imóveis da Rua dos Independentes, no bairro Santa Cecília, Vale do Jatobá (Barreiro)?

Belo Horizonte, 30 de maio de 2022.

Vereador Professor Juliano Lopes
CM: 10129

Vereador Professor Juliano Lopes
AGIR

Ao Senhor
Vereador Wanderley Porto
Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana.

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>516122</u>
<u>4635</u>
Responsável pela distribuição

CMH_DIREG-31/mal/22-15:58:31-000026-1



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

1001/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na Rua Florestal, nº 71, no Bairro Horto, a fim de verificar os procedimentos de drenagem urbana necessários para reduzir a ocorrência de alagamentos no local, a possibilidade de efetuar a correção no asfaltamento, bem como verificar a viabilidade de alteração na mão de direção da rua.

A referida visita ocorrerá no dia 14 de junho de 2022, às 10h, com ponto de encontro no próprio local a ser visitado.

A realização desta visita técnica se justifica em razão do volume de água que se acumula na Rua Florestal, no Bairro Horto. As inundações decorrentes da alta pluviosidade ocasionam diversos transtornos e coloca em risco a segurança de quem trafega e/ou reside na região.

Por fim, a visita também decorre do fato de a rua Florestal ser uma via muito estreita e pequena, com alguns pontos sem passeio, o que ocasiona – com frequência – contratempos aos moradores, condutores e pedestres. Neste ponto, sugere-se a transformação do logradouro em via de mão única.

Sugiro sejam convidados:

- o Excelentíssimo Sr. Josué Valadão, Secretário Municipal de Governo;
- o Excelentíssimo Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura;
- o Excelentíssimo Sr. Henrique de Castilho, Superintendente da SUDECAP;
- o Excelentíssimo Sr. Diogo Prosdocimi, Presidente da BHTRANS;

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA 01/06/22
HORA 12:55:15



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- o Senhor Sílvio Higino de Rezende, Consultor Técnico Especializado na Secretaria Municipal de Governo;
- o Senhor José Henrique de Oliveira Neto, Coordenador de Atendimento da Regional Leste.

Belo Horizonte, 01 de junho de 2022.

**IRLAN CHAVES
DE OLIVEIRA
MELO:923607
69634**

Assinado de forma digital por
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA
MELO:92360769634
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC
SOLUTI Multipla v5,
ou=22882751000111,
ou=Presencial, ou=Certificado PF
A3, cn=IRLAN CHAVES DE
OLIVEIRA MELO:92360769634
Dados: 2022.06.01 17:52:41 -03'00'

Vereador Irlan Melo

PATRIOTA

Ao Senhor

Vereador Wanderley Porto

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	01/06/2022 17:57:08 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Visita técnica - Rua Florestal.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	8dec059e87adc5fb3630a02cebe156dac12e6aa b04175282e3699c07635afe60

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:***607696**, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

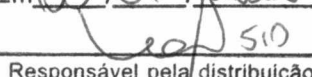
► Atributos

PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuidos

Em

03/06/2022



Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE
SERVIÇOEXPANDIR
ELEMENTOSModo escuro ☐



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Requerimento de Comissão

1006/2022

REQUERIMENTO Nº _____

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão presidida por Vossa Excelência, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio dessa Mesa, ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman e para Secretaria Municipal de Meio Ambiente pedido de informações nos seguintes termos:

Como a PBH está garantindo que a mineradora Gute Schit Ltda. não esteja destruindo território de Belo Horizonte sem anuência e sem licenciamento, diante da proximidade da área de divisa de municípios?

Belo Horizonte, 03 de Junho de 2022.

Atenciosamente,

DUDA SALABERT Assinado de forma digital
por DUDA SALABERT
ROSA:049673836 ROSA:04967383645
45 Dados: 2022.06.03
10:44:31 -03'00'

Vereadora Duda Salabert
Câmara Municipal de Belo Horizonte

Ao Senhor

Wanderley Porto

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.

PROTOCOLIZADO CONFORME
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021
DATA: 03/06/2022
HORA: 10:58:00



[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

Data de verificação	03/06/2022 11:02:49 BRT
Versão do software	2.8.1
Nome do arquivo	Sil xx-xx - Ver. Duda - 10h57.pdf
Resumo SHA256 do arquivo	692c3d2b7bf8f07164928fbb224a427e cf856dfc7c2b39c63d5121d4d2fb66e1

▼ Assinatura por CN=DUDA SALABERT ROSA:***673836**,
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=36432667000100, OU=AC
SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

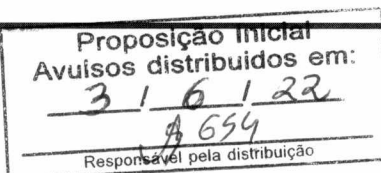
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE
SERVIÇO

EXPANDIR
ELEMENTOS



Modo escuro [



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

1013/2022

Requeiro a V. Exa. e aos demais membros desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, que seja transferida para o dia 29 de junho, às 09h do corrente ano, a seguinte visita técnica aprovada por esta douta Comissão:

Requerimento de Comissão 832/2022 – visita técnica: de 15/06 – 10h, para 29/06 às 09h.

Solicitamos esta nova data para otimizar o horário de participação dos servidores e lideranças da comunidade.

Belo Horizonte, 06 de junho de 2022.


Vereador Wilsinho da Tabu
2º Secretário - CMBH
Partido Progressistas

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Wanderley Porto
Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana



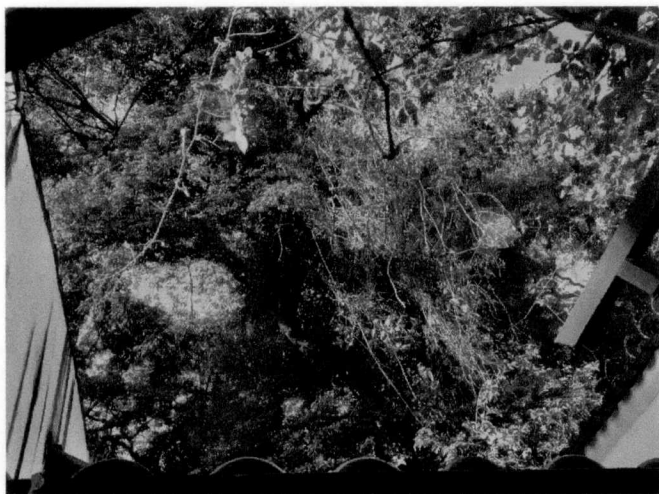
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Requerimento de Comissão R1 1014/2022

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica para verificação da possibilidade de poda/supressão das árvores localizadas no Parque Alexander Brandt situado na Rua Joaquim Gonçalves da Silva, 67, Bairro Rio Branco.

A visita se justifica por solicitação dos moradores cuja residência se localiza em lote lindeiro ao Parque, em razão do risco de possível queda das mencionadas árvores sobre o imóvel.



A visita ocorrerá no dia 13/06/2022, às 11 horas.

Sugerimos sejam convidados:

- Sr. Sérgio Augusto Domingues, Presidente da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica - FPMZB, Avenida Getúlio Vargas, 1245, 10º



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

andar, Savassi, Belo Horizonte/MG, CEP: 30112-024, e-mail:
fpmzb@pbh.gov.br

- Sr. Humberto Pereira de Abreu Júnior, Coordenador de atendimento da Regional Venda Nova, Rua Padre Pedro Pinto, 1055, Bairro Venda Nova, CEP: 31510-000, e-mail: care-vn@pbh.gov.br; humberto.ajunior@pbh.gov.br

Belo Horizonte, 06 de junho de 2022.



Jorge Santos

Vereador - REPUBLICANOS

Ao Senhor

Vereador Wanderley Porto

Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana

Proposição Inicial
Avulsos distribuídos em:
<u>616122</u>
<u>10634</u>
Responsável pela distribuição



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS E POLÍTICA URBANA

PARECER EM PRIMEIRO TURNO DO PROJETO DE LEI 266/2022

VOTO DO RELATOR

1.RELATÓRIO

Foi protocolizado nesta Câmara de Vereadores o Projeto de Lei 266/2022 de autoria do vereador José Ferreira, que "Dá nova redação à Seção III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte". Tendo sido devidamente instruído e recebido pelo Presidente desta Comissão, conforme determinação do art. 52, IV, "h" do Regimento Interno.

O Projeto foi distribuído às Comissões de Legislação e Justiça; Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana; Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor; Saúde e Saneamento. A Comissão de Legislação e Justiça apreciou a matéria concluindo em parecer pela sua constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

Tendo sido designado relator pela Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, passo a emitir parecer sobre o projeto na forma do art. 52, IV, "h" do Regimento Interno.

2. FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei sujeito à análise possui a seguinte epígrafe: **"Dá nova redação à Seção III do Capítulo IV do Título III da Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte"** Sendo necessária análise de acordo com o Regimento Interno, incisos IV, "h", o qual dispõe sobre: **Posturas municipais.**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Como se observa, o Código de Posturas se preocupa com a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano. Certamente que os munícipes, em determinados momentos, realizam ações em desconformidade com as posturas municipais, muitas vezes até por desconhecimento. Contudo, tais ações que são realizadas na inobservância do Código de Posturas, são corretamente passíveis de sanções por parte da Administração Pública.

O Projeto de Lei nº 266/2022 alvo deste parecer, tem a finalidade de possibilitar que veículos automotores e veículos de tração humana sejam utilizados também para a comercialização de roupas, calçados e acessórios de moda no logradouro público, com as seguintes redações:

“Art. 141-A - Poderão ser utilizados o veículo de tração humana e o automotor para a comercialização de roupas, calçados e acessórios de moda em logradouro público.”

“Art. 141-B - O licenciado para exercer a atividade de que trata o art. 141-A desta lei deverá, quando em serviço:

I - portar o documento de licenciamento atualizado;

II - zelar pela limpeza do logradouro público;

III - manter o veículo e as mercadorias em perfeitas condições de conservação, higiene e limpeza;

IV - acatar os dispositivos legais que lhe forem aplicáveis.”

Embora a proposição tenha o nobre objetivo de apoiar o empreendedorismo, tememos que a medida, na prática, acabe contrariando as normas e princípios fundamentais do atual Código de Posturas e resulte na proliferação do comércio informal no Município.

Entendemos que a proposta é prejudicial ao ordenamento de nossa cidade e conflita com o disposto no artigo 118 do Código de Posturas do Município, que proíbe o exercício de atividade por camelôs, toreros e flanelinhas no logradouro público.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A restrição feita no código é de extrema importância para se evitar ocupação irregular do espaço público e garantir a livre circulação de pedestres nas calçadas.

Portanto, o referido projeto pode gerar transtornos ao que diz respeito o logradouro público, como a obstrução das calçadas, por meio de aglomeração de pessoas, impedindo o fluxo de pedestres.

Em suma, no que toca a Comissão de Meio Ambiente e, Defesa dos Animais e Política Urbana, após análise da legislação vigente, quanto a matéria em relação ao que vem a competência da comissão, segue conclusão do parecer.

3. CONCLUSÃO

Assim, ante as razões expostas, opino pela rejeição do Projeto de Lei nº 266/2022.

Belo Horizonte, 03 de junho de 2022.


Vereador Wanderley Porto

PATRIOTA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animals e Política Urbana

PARECER EM 1º TURNO

PROJETO DE LEI N. 331/22

Relatório

O Projeto de Lei nº 331/2022 de autoria do vereador Léo que "Altera a Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte", busca acrescentar ao artigo 123 do Código de Postura o §8º que conterà a seguinte redação:

§ 8º- No caso do exercício da atividade em veículo de tração humana e veículo automotor, cada licenciado poderá indicar 2 (dois) prepostos, que poderão substituir o titular em qualquer de suas ausências e impedimentos, independentemente de comunicação prévia, respondendo solidariamente por todas as obrigações decorrentes da licença."

Seguindo os trâmites regimentais, o mencionado Projeto de Lei passou primeiramente pela Comissão de Legislação e Justiça, onde foi designado como Relator o vereador Irlan Melo que emitiu o Parecer pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade, sendo este Aprovado.

CMBH_DIREC-06/Jun/22-13:51:49-006154-1



Assim, vem agora a análise para a análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana e recebido pelo Presidente desta Comissão, fui designado relator para a análise da adequação destas emendas à matéria de competência definida no artigo 52, IV do Regimento interno.

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana.

Fundamentação

Por ser um adepto da regulação responsiva, do consensualismo e da Análise Econômica do Direito, este Vereador elabora este parecer cômico de seu dever e compromisso com a efetividade das normas e com a segurança jurídica.

Sob o manto do direito Público, o princípio da legalidade sem dúvidas garante estabilidade e segurança jurídica nos relacionamentos do particular com a Administração Pública, isto porque ele impõe ao Poder Público a observância dos diques legais, impedindo assim atuações arbitrárias.

"O princípio da legalidade é talvez o princípio basilar de toda a atividade administrativa. Significa que o administrador não pode fazer prevalecer sua vontade pessoal; sua atuação tem que se cingir ao que a lei impõe. Essa limitação do administrador é que, em última instância, garante os indivíduos contra abusos de conduta e desvios de objetivos" (Carvalho Filho, 2014, p. 246)

Por isto, é evidentemente equivocado pensar e discorrer sobre normas, princípios e valores quando descontextualizado de um contexto maior e como os



agentes econômicos determinam sua conduta, a partir do mecanismo de incentivo que lhes foi dado.

Este florescer da realidade ou de sua facticidade é um movimento que acompanha o homem e seu tempo, podendo-se destacar em outros campos do pensamento, como o surgimento da Teoria das Escolhas Públicas (*Public Choice*)¹ e dos debates intensificados a partir da obra *Calculus of Consent*², publicada em 1962, a predominância do real sobre o ideal teve grande impacto para a análise da tomada de decisão dentro do universo político, compreendendo-se que estes agentes decidem a partir de estímulos, interesses e benefícios próprios, muitas vezes desconectados do interesse coletivo que se dizia salvaguardar.

Em igual ebulição acadêmica surge no mesmo período a escola de *Law and Economics*³. Conhecida em português como Análise Econômica do Direito, essa abordagem metodológica das ciências jurídicas enxerga o ordenamento jurídico, as instituições e as relações entre o poder público e privado sob o prisma das variáveis econômicas, sempre buscando mitigar o romantismo acerca dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e seus mecanismos.

Sobre o tema Regulação, Gustavo Binenbojm⁴ expõe:

1 Olson, Mancur. *The Logic of Collective Action*. Harvard University Press, 1974.

2 Buchanan, J. M., Tullock, G., & Rowle, C. K. *Calculus of Consent*. Liberty Fund, 1962.

3 Richard A. Posner, *Economic Analysis of Law*. Little Brown and Company, 1973.

4 Poder de polícia, ordenação, regulação: transformações políticojurídicas, econômicas e institucionais do direito administrativo ordenador. 3. ed. / Gustavo Binenbojm; prefácio de Luís Roberto Barroso; apresentação de Carlos Ari Sundfeld. Belo Horizonte: Fórum, 2020.



Conforme dito anteriormente, regular é exercer, em algum grau, uma atividade de controle comportamental tendo em vista uma finalidade regulatória pretendida. No entanto, tal afirmação exige três considerações preliminares que dialogam entre si. A primeira diz respeito à identificação clara do objetivo ou da finalidade regulatória socialmente desejada, a fim de avaliar qual a medida mais eficiente, entre todas disponíveis, para gerar o resultado esperado. A segunda consideração refere-se à necessidade de avaliação das variáveis temporais e da intensidade da medida escolhida, pois a conjuntura subjacente pode mudar a qualquer momento, interferindo na eficácia da regulação aplicada. Finalmente, uma última consideração diz respeito a indagação sobre os custos, diretos e indiretos, da regulação pretendida. (Poder de Polícia, Ordenação e Regulação, 2020)

Sérgio Guerra assim preleciona:

As garantias e os direitos fundamentais, para se tornarem efetivos, devem estar sob o manto da segurança das relações jurídicas entre o Estado e cada membro da sociedade. A segurança jurídica representa, dessa forma, a ideia de conjunto de condições que possa tornar possível a sociedade o prévio conhecimento das consequências de seus atos à luz das normas preestabelecidas pelo sistema jurídico.

E essa ordem de pensamentos não encontra dissenso doutrinário. Isto é, a busca por segurança jurídica foi – e continua sendo – um dos principais pilares de sustentação do Estado de Direito. (Discrecionabilidade, Regulação e Reflexividade. (p. 404, 2021)

Por isto, ao ler o projeto de Lei do Vereador Léo e confrontá-lo com o texto que pretende alterar, vejo que pode haver incompatibilidades ou dissonâncias, hábeis em impedir o fim almejado.

Entendo assim que a proposta deve ser adequada ao texto também dos §3º do mesmo artigo 123 a que se visa incluir o §8º, a fim de evitar contradições. Cita-se os § 3º:



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

§ 3º O titular do documento de licenciamento poderá indicar preposto para auxiliá-lo no exercício da atividade, desde que tal preposto não seja titular de documento de licenciamento da mesma natureza, ainda que de atividade distinta.

Por isto, entendo que o texto do §8º deve ser ajustado por meio de emenda aditiva, inserindo-se um §9º, passando assim a ser sua redação:

§9º Aplicam-se aos titulares de licenças mencionadas no §8º, as vedações de que tratam os § 3º deste artigo.

Conclusão

Assim, ante as razões expostas, opino aprovação do Projeto de Lei nº 331/22 com a inclusão de emenda aditiva.



Vereador Ciro Pereira

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

EMENDA Nº AO PROJETO DE LEI Nº 331/22

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 331/22, que visa incluir o §8º no artigo 123 da Lei 8.616/2003 o seguinte §9º.

§9º Aplicam-se aos titulares de licenças mencionadas no §8º, as vedações de que tratam os § 3º deste artigo.

Belo Horizonte, 03 de Junho de 2022


Vereador Ciro Pereira



MA

OF. SMGO/DALE Nº 380/2022

Belo Horizonte, 30/05/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 554/2022** – Vereador Marcos Crispim – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.378/22, de 19/04/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 554/2022, de autoria do Vereador Marcos Crispim, que solicita informações acerca do déficit de moradia e programas habitacionais de Belo Horizonte.

Consultadas, a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte e a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania emitiram respostas por meio do OFÍCIO 207/2022/URBEL/GP-DTEL e do Ofício SMASAC/DALE-SMGO - 245/2022, respectivamente, conforme cópias anexas.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

OFÍCIO 207/2022/URBEL/GP-DTEL

Belo Horizonte, 18 de maio de 2022.

Assunto: TAG 350725 -- Requerimento de Comissão nº 554/2022

Prezados Senhores,

Referimo-nos aos questionamentos relacionados ao déficit de moradia e Programas Habitacionais de Belo Horizonte, constantes no Requerimento de Comissão nº 554/2022 da Câmara Municipal, e encaminhamos manifestações das áreas técnicas nos termos que se segue:

1. *Qual o déficit de moradia na Capital?*

A Diretoria de Planejamento da Urbel apresenta os seguintes dados:

a) Déficit habitacional (déficit quantitativo): 56.434 domicílios até 6 salários mínimos (fonte: Urbel / Revisão PLHIS 2014);

b) Inadequação de domicílios (déficit qualitativo): População em assentamentos de interesse social:

- Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS 1 e 2: 218 assentamentos / 372 mil habitantes (fonte Urbel / 2020)
- Área de Especial Interesse Social-2 – AEIS-2: 118 assentamentos / aprox. 112 mil habitantes (trata-se de uma estimativa)

2. *Com a pandemia do Covid-19 os índices aumentaram?*

A Urbel não dispõe de dados mais atuais.

3. *Existe algum projeto e /ou programa da Urbel para mudar este cenário?*

A Política Municipal de Habitação – PMH está estruturada em linhas programáticas que visam, com seus programas e modalidades, assegurar o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda e, conseqüentemente, contribuir para a redução dos déficits habitacionais quantitativo e qualitativo. Esses programas e modalidades estão descritos na Resolução LII do CMH, sinteticamente distribuídos nas 3 linhas programáticas:

À
DIRETORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA – DTEL
Gabinete do Prefeito – GP
Av. Afonso Pena, nº 1.212, 2º andar – Centro
Belo Horizonte – Minas Gerais



- Provisão Habitacional em atendimento ao déficit habitacional, demanda demográfica e demanda de remoções;
- Intervenção em Assentamentos de Interesse Social e
- Assistência e Assessoria técnica.

Atualmente, na linha da provisão habitacional, é priorizado o atendimento às famílias beneficiárias do passivo das discussões públicas do Orçamento Participativo da Habitação - OPH, conforme estabelecido no CMH.

A Divisão de Empreendimentos Habitacionais – DVEH da Diretoria de Habitação e Regularização – DHR pontua que para o enfrentamento ao déficit habitacional no Município, atualmente são promovidas pela Urbel, principalmente, as seguintes iniciativas:

- a) Implementação do Programa de Compra Compartilhada de Imóvel, na modalidade sem ônus, com operação iniciada em dezembro de 2021, por meio do qual o Município disponibiliza aporte financeiro para o acesso de famílias de baixa renda a financiamentos públicos habitacionais de interesse social;
- b) Operação do Programa de Locação Social, desde dezembro de 2019, dirigido a atender famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos, por meio do subsídio ao valor da locação, que se estabelece como forma de diminuição do ônus excessivo com os aluguéis, promovendo acesso da população de baixa renda à condição adequada de habitabilidade, segurança e alívio em sua situação econômico-financeira;
- c) Implementação Programa Entidades Municipal, em fase de desenvolvimento de projetos executivos para implantação de unidades habitacionais em terrenos públicos dirigidos prioritariamente às famílias beneficiárias do OPH e organizadas nos diversos núcleos de moradia de nossa cidade. Esta iniciativa tem interface com a gestão de imóveis de propriedade do Município para destinação à produção habitacional, também realizada pela Urbel;
- d) Normatização das instruções para início da implementação dos programas da Linha de Assistência e Assessoria Técnica do Município, onde também é previsto apoio à produção de moradias.

4. Qual o número de pessoas em situação de rua?

A Urbel não dispõe dessa informação.

5. Existem bens dominicais que podem ser destinados para atender a finalidade de interesse social?

Com informado no item 3, o Programa Entidades Municipais, que está em fase de implementação, prevê a utilização de terrenos públicos para a implantação de unidades habitacionais.

6. O que a Administração tem feito nas Regionais referente ao déficit de moradia?

Os programas da linha programática "Intervenção em Assentamentos de Interesse Social" são operados nas 9 regionais, nas ZEIS e AEIS-2. Já as outras duas linhas programáticas não são regionalizadas, pois o déficit habitacional é municipal. Há uma diretriz da PMH de, no caso de provisão habitacional relacionada com o Programa de Remoção e Reassentamento, priorizar os reassentamentos no próprio território sob intervenção ou no seu entorno.

7. Como funciona o Programa Casa Verde e Amarela que substituiu o Programa Minha Casa Minha Vida?

8. Quantas famílias estão cadastradas no Programa?

9. Com a pandemia como está o recenseamento destas famílias para o Programa?

A DVEH/DHR informa que o Programa Casa Verde Amarela – PCVA, de responsabilidade do Governo Federal, substituiu o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e não retomou a modalidade de acesso subsidiado com recursos a fundo perdido às famílias de mais baixa renda, antiga faixa 1 do programa.

Atualmente existem são empreendimentos de mercado, com financiamento através da Caixa Econômica Federal – CEF dentro dos critérios próprios do PCVA, que estão disponíveis no link <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/habitacao/casa-verde-e-amarela>.

Não há, portanto, cadastros ativos no programa Federal e tão pouco inscrições disponíveis. As famílias interessadas devem procurar os empreendimentos de mercado enquadrados como de interesse social e se adequando às condições de financiamento do PCVA.

No enquadramento de interesse social – HIS de empreendimentos habitacionais privados, o município incide, conforme estabelecido em legislação, no percentual de famílias atendidas por faixa de renda, de modo a garantir atendimento mínimo às famílias com renda até 3 salários mínimos por meio de valores de comercialização estabelecidos pelo município. A comercialização para famílias de baixa renda deve se dar conforme as regras dos programas públicos de financiamento de HIS, disponíveis atualmente o Programa Casa Verde Amarela - PCVA, de responsabilidade do Governo Federal.

Temos no município os seguintes empreendimentos em processo de comercialização enquadrados como HIS pelo PCVA:

- Village Toscana da empresa Engefor, localizado no bairro Jatobá, Regional Barreiro, com o total de 84 unidades habitacionais, sendo 59 destinadas a famílias com renda até 3 salários mínimos;
- Mais Park Pampulha da empresa Mais Lar, localizado no bairro Trevo, Regional Pampulha, com o total de 144 unidade habitacionais destinadas a famílias com renda até 6 salários mínimos;
- Recanto dos Alpes da empresa Total Incorporações, localizado no bairro Alpes, Regional Oeste, com o total de 88 unidades habitacionais, sendo 44 destinadas a famílias com renda até 2,5 salários mínimos;
- Parque Cerrado da empresa EMCCAMP, localizado na Rodovia MG 20, bairro Monte Azul / Capitão Eduardo, Regional Norte, com o total de 896 unidades habitacionais destinadas a famílias com renda de até 3 salários mínimos.

10. Existe algum projeto habitacional para a regional leste?

a) Na linha de Intervenção em Assentamentos de Interesse Social:

- Programa Vila Viva: Taquaril, Alto Vera Cruz;

- Intervenções pontuais (OP e outras): Taquaril, Mariano de Abreu, São Rafael, Vila da Área, Alto Vera Cruz, Cônego Pinheiro, Granja de Freitas;
Regularização Fundiária: Taquaril

- Encostas: Mariano de Abreu, Taquaril, São Rafael, Cônego Pinheiro, Vila da Área
Programa Estrutural em Áreas de Risco: Taquaril, Alto Vera Cruz, Caetano Furquim

b) Na linha Provisão Habitacional:

- Produção UH com entidades: Jonas Veiga

- Projetos em elaboração: Taquaril, Mariano de Abreu, Ponta Porã

11. Existe orçamento municipal para a execução dos Programas Habitacionais na Capital?

A DPL informa que os recursos destinados à Política Habitacional estão locados na Unidade Orçamentária – UO 2704 – Fundo Municipal de Habitação – FMHP, distribuídos nos programas e ações seguintes:

• Programa 225 – Intervenção em Assentamentos de Interesse Social

Ações: 1231 – Urbanização e Regularização de Ass. de Interesse Social

1397 – Assistência e Assessoria Técnica

• Programa 226 – Provisão Habitacional

Ações: 1207 – Produção e Aquisição Habitacional

2792 – Bolsa Moradia / Locação Social

1397 - Assistência e Assessoria Técnica

No ano de 2022 foram aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação – CMH em torno de 184 milhões para a UO 2704 – FMHP.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Claudius Vinicius Leite Pereira
Diretor-Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA
GABINETE SMASAC

SMASAC/DALE-SMGO – 245/2022

Belo Horizonte, 25 de Maio de 2022

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao TAG 350725 – Requerimento de Comissão nº 554/22, de autoria do vereador Marcos Crispim, informamos que:

4. Qual o número de pessoas em situação de rua?

Dados de fevereiro de 2022 extraídos do CADUNICO indicam que 9.649 pessoas estão cadastradas com situação de rua. São 5.661 pessoas com os seus cadastros atualizados nos últimos 24 meses e 4.595 estão com os seus cadastros atualizados nos últimos 12 meses.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e antecipamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

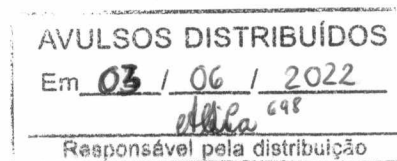

Maira da Cunha Pinto Colares
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

Ao Senhor

Felipe Prates Rozenberg

Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE

Secretaria Municipal de Governo – SMGO





OF. SMGO/DALE Nº 382/2022

Belo Horizonte, 30/05/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 576/2022** – Vereador Gabriel – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.522/22, de 27/04/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 576/2022, de autoria do Vereador Gabriel, que solicita informações sobre a exposição e venda de produtos de bomboniere na feira Hippie.

Consultada, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, emitiu resposta por meio do Ofício SMDE/SUTE/GETEC nº.: 030/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



OFÍCIO SMDE/SUTE/GETEC Nº.: 030/2022

Belo Horizonte, 23 de Maio de 2022.

REF.: Resposta a TAG 350907

Prezado Sr Diretor,

Em resposta ao solicitado na demanda parlamentar TAG 350907, no bojo de um Requerimento de Comissão 576/2022 de autoria do Vereador Gabriel Azevedo, encaminhado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego, apresentamos as seguintes informações :

O Art. 169 da Lei Municipal 8616/2003 (Código de Posturas do Município de Belo Horizonte), prevê a reserva de vagas nas feiras, até o limite de 5% (cinco por cento), para **entidades assistenciais ou filantrópicas** ou para pessoas portadoras de deficiência, que ficarão isentas do pagamento das taxas devidas. As barracas de bombons, objeto do debate, eram atendidas por estas Entidades, à época.

O Art. 17 do Decreto 14246/2010, que aprova o regimento interno da Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte, **atribui à Gerência de Economia Popular Solidária, o cadastramento e monitoramento das vagas existentes para essas entidades assistenciais, filantrópicas e deficientes físicos, podendo gerir a ocupação das vagas**, após anuência do setor da administração pública que responde pela organização da Feira (Art. 4º do Decreto 17.843/2022). Portanto, as barracas de bombons, seguem as diretrizes da Política de Economia Solidária.

Conforme comunicado publicado pela Secretaria de Administração Regional Municipal Centro-Sul - SARMU-CS no DOM em 17/12/2013, as vagas destinadas às entidades assistenciais ou filantrópicas ou para pessoas portadoras de deficiência foram distribuídas em 13 diferentes setores da Feira de Artes, Artesanato e



Produtores de Variedades de Belo Horizonte, abrangendo produtos diversos conforme determinado em cada setor. Sendo a de bombons do setor de Alimentação.

Considerando o exposto, informamos que o questionamento levantado se refere à barraca cuja vaga é gerida conforme a política pública de Economia Solidária (art. 17. Decreto 14.246/10), e por isso, segue diretrizes de programa próprio quanto ao número de responsáveis pelas barracas da Gerência de Economia Popular e Solidária, na Diretoria de Economia Solidária, Subsecretaria de Trabalho e Emprego, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Desta forma, respondendo aos questionamentos seguintes, informamos:

1) Por qual motivo a banca desses expositores é compartilhada por duas pessoas distintas?

Resposta: O compartilhamento de expositores em barracas é definido conforme política da Economia Popular Solidária, **de forma coletiva em todos os seus aspectos**, conforme o Decreto 17.249/2019, em seu artigo 4: “ (...) *os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente* (...)”.

A Política da Economia Solidária sempre prega a cooperação entre os grupos, trabalhar em conjunto, dessa forma cooperativa. Nunca houve problemas com compartilhamento, pelo contrário, é desejável essa colaboração.

De toda forma, o Centro Público não pode contemplar apenas dois grupos com barracas individuais de tamanho 2 x 2m, sendo que é interesse de todos os seis grupos existente do setor da alimentação, conquistarem essa oportunidade. Não seria equitativo dispor uma barraca grande para apenas um grupo, sendo que possuímos mais grupos e poucas vagas disponíveis.

2) Em qual secretaria a atividade de comercialização de produtos de bomboniere na feira hippie estão vinculados?

Resposta: À Subsecretaria de Trabalho e Emprego da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

3) O feirante vendedor desses produtos tem direito a transferir a licença de pais para filhos? Em qual situação?




Resposta: Não existe a transferência de pais para filhos, vez que os grupos de Economia Solidária seguem o regramento dessa Política Pública, na qual, trabalha-se o coletivo de no mínimo 03 integrantes. Estes são cadastrados no Centro Público de Economia Solidária- CEPES. Portanto, somente esses integrantes cadastrados possuem credencial para expor na feira. Caso haja saída de algum integrante do grupo, cuja licença foi concedida, pode-se indicar um novo membro que deverá ser cadastrado e participar da formação que é ofertada no CEPES, para após receber a credencial.

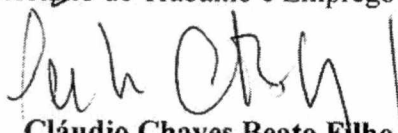
4) Existe uma regulamentação específica para esse seguimento? - todos os feirantes em atuação estão sujeitos às mesmas regras? Em caso negativo, quais as exceções?

Não há regulamentação específica para o segmento de bomboniere. Todas as barracas da Feira da Afonso Pena, seguem de forma ampla o determinado pelo Código de Posturas do Município, pelo disposto na Feira de Artes, Artesanato e Produtores de Variedades de Belo Horizonte, e as 42 barracas de Economia Solidária que eram assumidas pelas entidades filantrópicas, seguem, além das mencionadas acima, também as diretrizes da Economia Solidária.

A definição dos expositores das barracas de bombons, conforme mencionado estão sob gestão da Diretoria de Economia Solidária, levando em conta as **vagas disponíveis no Setor de Alimentação**, que permanece as mesmas até o presente momento.


Atenciosamente,


Luiz Otávio da Fonseca
Subsecretário de Trabalho e Emprego- SUTE


Cláudio Chaves Beato Filho
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 02 / 06 / 2022


Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 383 /2022

Belo Horizonte, 30/05 /2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 577/2022** – Vereadora Duda Salabert – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.523/22, de 27/04/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 577/2022, de autoria da Vereadora Duda Salabert, que solicita informações sobre a atuação da URBEL no monitoramento e remoção de famílias na ocupação Terra Nossa, no Taquaril, dirigido à Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel.

Consultada, a Urbel emitiu resposta por meio do ofício 217/2022/URBEL/GP-DTEL, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL



OFÍCIO 217/2022/URBEL/GP-DTEL

Belo Horizonte, 24 de maio de 2022.

Assunto: TAG 350983 – Requerimento de Comissão nº 577/2022
Ofício Dirleg nº 1.523/22 – Requerimento de Comissão nº 577/2022

Prezados Senhores,

Serve-se do presente ofício para encaminhar manifestação consolidada pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, a partir das informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Política Urbana – SMPU, Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI, Subsecretaria de Fiscalização – SUFIS e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA em relação ao Requerimento de Comissão nº 577/22, oriundo da Comissão de Meio Ambiente, Defesa dos Animais e Política Urbana da Câmara Municipal, para os encaminhamentos necessários, tendo em vista o disposto no Ofício GP, EXTER-050/OF, de 6 de maio de 2019.

Trata-se de pedido de informações complementares àquelas prestadas pela Urbel por meio do Of. SMGO/DALE N ° 185/2022, referente à Ocupação Terra Nossa, consistentes em:

- 1) *Existe negociação em andamento junto à Associação Shekinah Assistência Social ASA e/ou Igreja Batista da Lagoinha, visando o repasse da área para o Município?*
Em caso positivo, existe previsão de consolidação deste acordo, objetivando o início de estudos e levantamentos das características do território, visando a regularização fundiária?
- 2) *Quais ações são adotadas pelo Município visando garantir a integralidade no histórico Muro de Pedras?*
- 3) *Como o atual período de chuvas está encerrado, qual a previsão da Urbel de iniciar a reavaliação da situação sócio funcional das 13 famílias removidas, considerando a características de vulnerabilidade social em que as mesmas se encontram?*
- 4) *Existe cadastro mais recente que indique o número de famílias, bem como tipologia construtiva na Ocupação Terra Nossa?*

À

DIRETORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA – DTEL

Gabinete do Prefeito – GP

Av. Afonso Pena, nº 1.212, 2º andar – Centro

Belo Horizonte – Minas Gerais





Em relação ao risco geológico/geotécnico existente no local, recentemente foi realizada reunião entre os órgãos municipais supramencionados, visando o planejamento de ações por parte do Município para solucionar a questão, inclusive medidas judiciais, se for o caso.

Neste sentido, a Urbel, por meio de sua Diretoria de Áreas de Risco e Assistência Técnica – DRA, elaborou relatório com a identificação de todos os imóveis nos quais constatou-se risco geológico e, conforme ajustado na referida reunião, a SUFIS iniciará o procedimento de fiscalização desses imóveis, com a aplicação de Notificação, nos termos da Lei nº 9.725/2009, visando coibir o avanço de novas edificações em conjunto com as demais ações intersetoriais que estão sendo planejadas.

Como informado anteriormente no Ofício 119/2022/URBEL/GP-DTEL, por se tratar de imóvel de propriedade particular, a atuação do Poder Público tem como finalidade garantir a segurança e a vida dos munícipes.

A SMPU ressaltou a importância de preservar a vida das pessoas que residem nas áreas de risco, entretanto é importante também a preservação e recuperação da área, haja vista a presença de características ambientais relevantes.

Ressalte-se, por oportuno, que a Defesa Civil tem atuado na área desde 2018, por meio de vistorias, notificações de risco e Cadastros de Atingidos por Desastres.

Feitas tais considerações, passamos às respostas dos questionamentos supra:

- 1) Os órgãos municipais supracitados não dispõem de informações sobre tratativas atuais com os proprietários da área (Associação Shekinah e Igreja Batista da Lagoinha);
- 2) As remoções dos imóveis já realizadas pela DRA foram fundamentais para a preservação do muro de pedras, assim como as ações que estão em planejamento pelos órgãos municipais;
- 3) Como já informado pela Urbel, as famílias removidas em razão de risco geológico foram atendidas de forma emergencial e provisória pelo Programa Bolsa Moradia, na modalidade de Abono Pecuniários, nos termos do Decreto Municipal nº 11.375/2003, com a redação pelo Decreto Municipal nº 17.919/2022.
- 4) Conforme já informado anteriormente, a Urbel elaborou relatório de cadastramento em 2017, para atender a solicitação da Defensoria Pública e de lideranças comunitárias.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,


CLAUDIUS VINÍCIUS LEITE PEREIRA
Diretor-Presidente

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 02 / 06 / 2022

Responsável pela distribuição



OF. SMGO/DALE Nº 391/2022

Belo Horizonte, 30/05/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 637/22** – Autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 1.799/22, de 03/05/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 637/22, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informações sobre o Parque Municipal Ursulina de Andrade Mello e sobre a Praça dos Agricultores.

Consultada, a Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica emitiu resposta por meio do Ofício FPMZB/DALE Nº 056/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Leonardo Amaral Castro

Secretário Municipal Adjunto de Governo
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora
Presidente da Câmara Municipal
Vereadora Nely Aquino
CAPITAL

Ofício FPMZB/DALE Nº 056/2022

Belo Horizonte, 24 de maio de 2022.

Assunto: Análise Requerimentos de Comissão nº 637/2022
Ref.: Informações sobre o Parque Ursulina e Praça dos Agricultores.

Prezado Senhor,

Em resposta ao demandado no Requerimento de Comissão nº 637/2022, a Fundação de Parques Municipais e Zootônica - FPMZB fez a análise dos questionamentos mencionados na demanda, seguem abaixo:

1. Quais os dias e horários de funcionamento do Parque Municipal Ursulina de Andrade Mello?

O horário de funcionamento do parque é de 7h às 18 horas, de segunda à domingo.

2. Por que a trilha do Parque se encontra fechada, atualmente?

A trilha se encontra fechada por motivo de segurança, já que é necessária presença de monitores para acompanhamento dos grupos agendados, a fim de evitar acidentes e outras intercorrências no percurso. A manutenção das áreas é feita conforme as condições e programação da equipe do parque.

3. O parque é gerenciado pela FPMZB ou pela PBH?

O parque é gerenciado pela FPMZB, que é um órgão da Administração Indireta da PBH.

4. Existe algum projeto para revitalização do parque e para melhor aproveitamento dos espaços lá existentes?

Foram realizados estudos e propostas de revitalização completa do parque, com diferentes níveis de escopo e abrangência, no entanto ainda não foram executados em função de restrições orçamentárias.

A última proposta elaborada, idealizada em 2015, previa a substituição de todas as edificações do parque por modelos com atendimento integral às normas de acessibilidade, substituição de brinquedos e aparelhos de ginástica e construção de *deck*, a um custo estimado de aproximadamente 3,5 milhões de reais.

Atualmente, a Fundação tem optado por projetos de melhorias, focados na reforma e melhoria de *playgrounds* e criação de rotas acessíveis nas unidades. Ademais, pelas características da área e o seu enquadramento na legislação urbanística (zoneamento PA-1 com taxa de permeabilidade de 95%), o Parque Ursulina não possui vocação para uso mais intensivo, mas somente para o aprimoramento da sua utilização nos espaços já implantados.

5. Há algum tipo de padronização nos brinquedos existentes nos espaços públicos de Belo Horizonte (material, modelo, etc.)? Quando foi a última manutenção dos brinquedos existentes no parque?

A Fundação tem utilizado brinquedos metálicos reforçados, construídos com aço carbono com utilização de solda MiG e pintura automotiva, fabricados de acordo com a norma da ABNT NBR 16071:2012. Tais mobiliários apresentam custo inicial mais alto, mas têm sido demonstravelmente mais resistentes e fáceis de manutenção ao longo do tempo, na comparação com as soluções metálicas convencionais ou dos brinquedos de madeira.

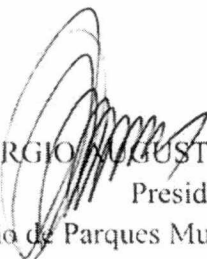
Há a intenção de substituir os brinquedos de madeira presentes no parque Ursulina pelos desse modelo, mas a elaboração de projeto e planejamento de obra dependem de recursos da PBH que ainda não estão disponíveis. A título de referência, o último *playground* projetado com atendimento às normas custou cerca de 38 mil reais, mais o valor necessário à instalação dos pisos emborrachados exigidos pela norma atual (cerca de 300 reais por metro quadrado instalado).

6. Existe a possibilidade de algum agente privado "adotar o parque" por meio dos programas da PBH hoje existentes (Adote o Verde ou Adoro BH)?

Sim, temos normativa que ampara esse tipo de parceria, os Decretos Municipais 17.786/21 (Adoro BH) e 15.461/14 (Parceiros da Natureza), mas é necessário haver interessados nessa "adoção" que preencham os requisitos e formalizem essa parceria com Poder Público.

Quanto aos questionamentos sobre a Praça dos Agricultores, esclarecemos que a FPMZB faz a gestão apenas dos Parques Municipais da capital, as praças são de responsabilidade da PBH através das Coordenadorias de atendimento regionais.

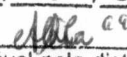
Atenciosamente,


SÉRGIO AUGUSTO DOMINGUES
Presidente

Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica

AVULSOS DISTRIBUÍDOS

Em 02 / 06 / 2022


Responsável pela distribuição

Ilmo. Sr.

Felipe Prates Rozenberg

Assessor Especial

Diretoria de Acompanhamento Legislativo - DALE

Avenida Afonso Pena, nº 1.212/2º andar - Centro